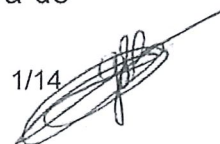


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

ATA nº 133/2022

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta minutos, de forma remota e de forma presencial na sala nº 15 da SEaD, foi reunida a Comissão Própria de Avaliação - CPA, em reunião ordinária, com as seguinte pautas: **1)“Aprovação da ata da reunião ordinária nº132/2022 (outubro 2022)”**; **2)“Apresentação do Relatório SECOM referente à Pesquisa dos Canais de Comunicação”**; **3)“Relatos GT Autoavaliação: Pesquisa de Autoavaliação Institucional 2022”**; **4)“Previsão de processos avaliativos 2023”**; **5)“Avaliação Externa: CENSO; ENADE; Avaliações virtuais *in loco* e Relato 11º Encontro de Pls”** e **6) “Assuntos gerais: GT Relatórios Autoavaliação; Relatórios Gerenciais 2022 – prazo retorno 16/12/2022; Ciclo Formativo: Conexões e Interações entre CPAs no Brasil – UFSM, UFRGS e UFMG – próximo encontro dia 24/11/2022 às 19h; Informes DIPLAN e Próxima reunião ordinária da CPA – 12/12/2022”**.

Participaram presencialmente pela CPA, a suplente Jaciana Marlova Gonçalves Araujo e de forma remota, os titulares: Lizandro Mello – Presidente substituto, Antônio Luís Ramos Lopes, Claudio Luis Figueiredo da Silva, Cristiane Souto Santos, Daza de Moraes Vaz Batista Filgueira, Eder Mateus Nunes Gonçalves, Felipe Kern Moreira, Giovana Calcagno Gomes, Igor Luan Olioni de Oliveira, Jorge Luiz Pimentel Júnior, Mairim Linck Piva, Neusa Ribeiro Costa e Roberta de Souza Pohren. Como suplentes, participaram de forma remota: Andréa Edom Morales, Anelise Christ Ribeiro, Angélica Conceição Dias Miranda, Edélti Faria Albertoni, Jean Guilherme Florentino Corrales, Ricardo Soares Oliveira e Tiago da Cruz Asmus. Justificaram ausência: Adriana Kivanski de Senna, Emanuela Garbin Martinazzo Aumonde, Ewerson Luiz de Souza Carvalho, Fabiane Aguiar dos Anjos Gatti, Jaqueline Garda Buffon, Juliana Silveira Oliveira, Marcelo Dutra da Silva, Márcio André Leal Bauer, Maria Rozana Almeida, Milton Luiz Paiva de



Lima, Monica Wetzel, Reinaldo Marcelo Lima Braga, Rita de Cássia Grecco dos Santos e. Pela Diretoria de Avaliação Institucional - DAI, fizeram parte da reunião presencialmente: Elisângela Freitas da Silva, Luiz Eduardo Maia Nery, Mariana Lima Garcia, Mayara Marques Guilherme, Rosaura Alves da Conceição, a estagiária Gabriela Lacerda Braga e a bolsista Joice Neves Machado. A estagiária Sheron Magalhães dos Santos justificou ausência. Como convidados estiveram presentes: a Diretora de Planejamento, Jozeneidi Machado e Michelle Reinaldo Protasio, que será membro suplente da PROGRAD na CPA. Lizandro Mello justificou a ausência da Presidente Adriana Kivanski Senna, que não pôde comparecer devido a compromissos acadêmicos. Antes de começar as discussões das pautas, Luiz Nery adiantou algumas informações. Primeiramente, Luiz Nery anunciou o retorno de Michelle Reinaldo Protásio à Comissão, mas que na reunião estava participando como convidada devido à indicação ter sido recente, sem tempo hábil para a atualização da portaria de composição junto à Reitoria. Em seguida, apresentou a nova estagiária da DAI, Gabriela Lacerda Braga, a qual foi contratada em virtude de término de contrato de Natália da Fonseca Fonseca. Passando então para **o primeiro ponto: “Aprovação da ata da reunião ordinária nº132/2022 (outubro 2022)”**, enviada anteriormente para análise e aprovada por unanimidade. Mairim Piva informou que fez algumas sugestões de alterações e as enviou via *e-mail* naquele momento, mas eram correções linguísticas e ortográficas, sem alterações de conteúdo. Referente ao **segundo ponto: “Apresentação do Relatório SECOM referente à Pesquisa dos Canais de Comunicação”**, Luiz Nery informou que a apresentação seria prorrogada a pedido por Laurício Tissot, secretário da SECOM, ficando prevista para a próxima reunião de dezembro da CPA. A justificativa é que ainda havia alguns aspectos a serem analisados pela equipe. Passou-se para o **terceiro ponto: “Relatos GT Autoavaliação: Pesquisa de Autoavaliação Institucional 2022”**, seguindo com a palavra, Luiz Nery apresentou como estava até o momento a participação da comunidade acadêmica na pesquisa de Autoavaliação Institucional, lamentou a porcentagem que estava muito abaixo do esperado, comparando aos anos 2014 e 2018; sendo que as porcentagens gerais dos TAEs e dos docentes estavam parecidas,

em torno de 15%; porém a porcentagem dos TAEs é mais uniforme, já a dos docentes há uma variação muito grande, visto que há três unidades com participação maior que 30%, mas as demais unidades têm a porcentagem de participação dos docentes muito aquém. Enalteceu que a participação dos discentes ainda é muito menor que a dos servidores, sendo em média 3%. Como descreveu Mairim Linck Piva “um recorde negativo em nossa história”. Luiz Nery salientou a necessidade de prorrogar o prazo para participação na avaliação, o que se torna evidente tendo em conta os dados apresentados. A questão levantada foi por quanto tempo seria a prorrogação. Mairim Piva considerou a necessidade de mais de uma semana. Angélica Miranda concordou e pontuou a necessidade de criação de um *card*, que como respondeu Luiz, já foi criado e passado para todos, sempre em parceria com a SECOM. A partir disso, Elisângela Silva ressaltou dois pontos: primeiramente, lembrou que não se pode fugir do tema estabelecido pela SECOM, que provém do Plano de Comunicação; e destacou que precisaria se pensar com cautela quanto à prorrogação, pois a equipe sentirá os efeitos futuramente, tanto a equipe da DAI para fazer os envios de resultados, quanto a articulação, organização das CIAPs para análise e preparação dos seminários das unidades. Luiz Nery salientou que é necessária, sim, a prorrogação; pois há uma urgência em subir a porcentagem de participação e que é possível prorrogar o prazo e lidar com as consequências do mesmo depois. Daza Filgueira questionou a hipótese de se passar nas salas de aulas como se fez durante a pesquisa da ADD. Elisângela Silva ressaltou que, para a ADD, houve a participação da equipe da DAI, do Pró-Reitor Diego da Rosa e mais dois docentes somente, no campus Rio Grande e dois docentes na Unidade Saúde. Seria necessário um mutirão de pessoas para passar nas salas. Michelle Protásio sugeriu fazer uma intensificação da campanha nas redes sociais. Daza Filgueira se colocou à disposição para passar nas salas. Anelise Ribeiro compartilhou uma reunião do NDE, onde foi levantado essa problemática da baixa porcentagem das avaliações e foram colocadas sugestões que talvez possam ser viáveis para aumentar a participação dos alunos, os professores comentavam se poderia ter uma forma onde o aluno seria obrigado a participar da pesquisa para que pudessem se matricular nas disciplinas dos próximos

semestres. Além disso, ela comentou que foi reclamado sobre as datas não serem propícias para resposta dos questionários na avaliação, sendo épocas de provas, exames e afins. Luiz Nery ressaltou que a obrigatoriedade das respostas sempre foi discutida na CPA e a mesma optou pela não obrigatoriedade de participação em nenhuma avaliação, nem dos discentes, nem mesmo por docentes e técnicos; pois não seria justo obrigar somente os discentes. A CPA prefere a qualidade de contribuição nas avaliações do que a obrigatoriedade das mesmas. Elisângela Silva contemplou que as datas para as aplicações das pesquisas sempre levaram em conta o calendário letivo. Cristiane Santos perguntou se teria como deixar o questionário mais atrativo e segundo a resposta de Luiz Nery, os questionários levaram dois anos para serem formulados e não há como mudar agora, no meio da pesquisa, já lançada para a comunidade. Haverá um novo envio do *card* para todos na reunião, para auxiliar na divulgação, mas Elisângela Silva ressaltou que naquela manhã já havia sido enviado, juntamente com o panorama parcial de participação aos membros da CPA, às unidades acadêmicas e administrativas, às CIAPS, à Reitoria, aos demais campi, aos órgãos vinculados, às coordenações de cursos. Foi ressaltada a necessidade dos docentes em responderem ao questionário, tendo em vista que esses mesmos não estimulariam a participação dos discentes sem eles mesmos terem uma porcentagem alta de participação. Elisângela Silva também informou que foram colocados cartazes nos quatro campi da FURG. Jaciana Araujo perguntou como tinham sido as participações nas pesquisas anteriores. Em resposta, Luiz Nery disse que o alcance de participação dos estudantes na pesquisa de 2018, foi em torno de 19% e de 50% dos TAEs, tal qual dos docentes. Edélti Albertoni sugeriu que os diretores das unidades fossem contatados para reforçar a importância da avaliação. Luiz informou que desde o início da pesquisa já estão sendo feitos esses contatos, mas ressaltou que reuniões com as direções e CIAPs foram agendadas e nessas reuniões será reforçado o pedido de auxílio na divulgação. Algo que já foi citado em alguns encontros foi a detecção de uma apatia da comunidade. Angélica Miranda ressaltou que a apatia é geral, tanto nas assembleias, quanto na comunidade acadêmica. Lizandro Mello, a respeito da preocupação em torno desse assunto,



comentou que o período atual vivido na universidade é diferente de outros anos e que a apatia não vai parar e provavelmente terá um congresso de autoavaliação mais vazio que o de 2017, também com etapas de elaboração do PDI mais vazias. Em resumo, concluiu que a participação é um reflexo dos tempos que se vive atualmente nas universidades e as pessoas não se sentem convidadas a responder essas avaliações porque não toca-lhes o íntimo de que a autoavaliação tem um peso no planejamento dos próximos anos da universidade; de que não é só um questionário qualquer, como pensa a maioria que vai responder. Lembrou que é necessário fazer a autoavaliação para o planejamento do PPI e do PDI, como bem disse “é o futuro da universidade”. Reforçou que o público tem que ter sensibilidade sobre o que é e para que serve a autoavaliação. Rosaura da Conceição complementou falando que o fator de avaliação externa é preocupante, visto que a FURG passará pelo Recredenciamento Institucional e o processo de autoavaliação é uma questão que os avaliadores sempre têm interesse em conhecer como a instituição trata essa questão, a CPA é sempre chamada a dizer como é feito, como é a participação dos docentes, dos TAEs e dos discentes como um todo; um resultado de 3% é pior; pois equivale a dizer que nem tem participação representativa, vão questionar o por quê. O que justificaria a falta de colaboração dos servidores da universidade. Jean Corrales concordou com o panorama geral relatado, mas que o que ele vê, apesar disso, não se pode abdicar em nenhum momento de continuar a persuasão do corpo docente e técnico. Complementando a fala da Rosaura da Conceição, explicou que há um determinado perfil de pessoas e quando se coloca um coordenador de curso novo, sendo uma pessoa empenhada, consegue buscar conhecimentos para agir. Seguiu falando que é necessário canalizar esses esforços como tarefa da CPA. Deve ser feito um pouco mais de esforço na prorrogação e tentar de alguma maneira vencer a apatia, a esperança se começa agora. Não se pode deixar a universidade morrer. Angélica Miranda concordou com Rosaura da Conceição e observou que a falta de colaboração dos servidores existe já há um tempo, mencionou que em anos atrás, em reunião com os coordenadores de curso, em um COMGRAD, que já havia sido debatido sobre a sobrecarga

desses mesmos, há alguns que não querem assumir a coordenação porque não conseguem conciliar fazer ensino, pesquisa, extensão e demais atividades como revisão, alteração curricular e afins e que essa pauta foi revista e elaborada na ata do ICHI. Desabafou que é necessário parar e rever uma nova postura da gestão em relação ao cargo dos coordenadores, temos que nos perguntar o porquê estão fugindo e respondeu que o motivo é devido aos coordenadores perceberem que estão ficando doentes por causa das inúmeras funções que ficam encarregados, sem terem apoio nenhum. Jaciana Araujo concordou com Luiz Nery em pensar que o problema está mais a fundo sobre a gestão e relatou sobre um evento que ela fez parte da organização, chamado "Saúde mental e direitos humanos", que continha em torno de 500 inscritos e 300 participantes na pandemia e este ano, o mesmo evento, teve em torno de 100 inscritos e 30 participantes; mencionou termos passados dois anos com os estudantes, nas aulas e eventos *on-line*, com câmera desligada, sem nem mesmo ser possível ouvir a voz ou ver o rosto deles e alguns docentes colocando muitas atividades no AVA e assíncronas, sobrecarregando; disse que entende a palavra apatia, mas que a principal palavra seria comprometimento. Observou que "O que eu tenho a ver com essa universidade que continua funcionando comigo com a câmera fechada? Então vai continuar funcionando agora comigo aqui sem participar dos processos". Complementa que vai de encontro a lógica neoliberal que coloca o meio acadêmico em um individualismo. Jaciana Araujo, ainda, ressaltou que mesmo nas atividades coletivas propostas referentes a saúde mental dos estudantes não há participação, mas nas individuais há. Acredita que tem a ver com o momento atual vivido pelas universidades, mas que também com o funcionamento emocional em termos de comprometimento. Ela se dispôs a passar nas salas e pensa como Lizandro Mello, referente a ser repensado a obrigatoriedade das respostas nas avaliações institucionais. Luiz Nery destacou que essa obrigatoriedade pode ser tema para discussão das reuniões do ano que vem, a necessidade maior é de decidir a prorrogação para resposta da autoavaliação e durante quanto tempo. Daza Filgueira concorda que deve haver uma prorrogação, mas com outra estratégia; pois a atual não está funcionando, já que não está havendo uma mobilização de pessoas. Entende a preocupação

da Elisângela Silva em relação ao tempo de prorrogação; quando fizeram análise da avaliação do ensino não presencial foi exaustivo, pois sempre são as mesmas pessoas a fazerem, e acarretaria aos membros da CIAPs uma melhor organização e mais assertiva para a análise do material, devido ao tempo que teriam como prazo de retorno. Luiz Nery respondeu que o tempo que a CIAP vai ter é grande; pois o retorno será solicitado pelas unidades até final de abril, ainda teria um mês ao retorno das aulas porque em fevereiro é férias dos docentes, praticamente a todos, e é difícil de fazer nesse período, mas a intenção será de mandar o material para as CIAPs antes do recesso do final de ano para que essas possam se organizar, ao adiar o envio estará em perigo. Além disso, Luiz Nery concordou com Mairim Piva que são coisas inevitáveis porque seria melhor deixar para enviar às CIAPs em janeiro, mas com uma participação maior dos estudantes do que enviar agora com uma participação em torno de 5%; tendo em vista que a próxima reunião da CPA será só dia 12/12 é necessária a decisão agora se é por uma ou por duas semanas. Eder Gonçalves destacou que anunciar direto a prorrogação de duas semanas tira a urgência de respostas, então acreditava que deveria ser anunciada a prorrogação de uma semana e depois, outro anúncio prorrogando por mais uma. Edélti Albertoni falou que prorrogar até o dia 20/12 seria melhor. Luiz Nery lembrou que para a DAI é necessário no mínimo duas semanas para processar os resultados para então divulgar às CIAPs, depois do recesso só seria possível enviar em fevereiro, período provável de férias dos docentes. As CIAPs seriam prejudicadas no tempo para análise, lembrou Daza Filgueira. Edélti Albertoni compreendeu que seria um prazo apertado. Mairim Piva concordou que seria pouco produtivo deixar para após recesso. Jaciana Araujo, contrapondo, levantou a ideia de ao invés de duas semanas, a prorrogação ser por dez dias devido à sobrecarga dos servidores da DAI. Luiz Nery respondeu que não sabe ao certo como seria, mas ele vislumbra que o envio dos resultados seria então no começo de janeiro e não em dezembro. Sobre a prorrogação, Lizandro Mello propôs duas semanas e concordou com a estratégia do Eder Gonçalves, mas o grande problema seria a reunião de todos para então poder ser aprovado uma outra prorrogação se necessário; levando isso em conta, aprovar duas semanas

de uma vez parece mais coerente. Dentro dessa prorrogação, deveria ser incluídas algumas novas táticas para alavancar a participação. Em primeiro lugar, Lizandro Mello afirmou que a seriedade do problema da autoavaliação fica exemplificada pela fala da Rosaura da Conceição; se não houver uma autoavaliação sólida, consistente, a avaliação externa vai ser afetada e haverá algo preocupante para lidar, pode haver uma perda de indicador. Lizandro Mello falou que, como membros da CPA e da CIAP, deve-se impulsionar os colegas e reforçar de que se não querem que o índice da FURG diminua e comece a baixar abertura de cursos e renovações, terá que ser elaborada uma estratégia. Além disso, lembrou que os membros devem ser responsáveis enquanto servidores; pois se o processo está aberto, o mínimo que deve ser feito é chamar a comunidade acadêmica para resposta; o que está em jogo é a sobrevivência dos indicadores da universidade com base nas autoavaliações, isso tem que ficar claro aos gestores. Em segundo lugar, Lizandro Mello mencionou que a universidade, com base no que o Ministério da Economia determinou, vai dispensar expediente em dias de jogos do Brasil e questiona se seria uma má ideia se fosse feita a divulgação da pesquisa de avaliação como era antigamente, nas primeiras avaliações da FURG. Além disso, pontuou que devemos usar mais dos meios de comunicação de outra forma e a nosso favor, não menosprezando o trabalho da Secom, mas acredita que devemos propor-lhes inserir uma mensagem quando a comunidade acadêmica acessar o sistema da FURG, convidando essas para a participação na avaliação com tom de necessidade, não de deliberação; já que as pessoas não se sensibilizam pela possibilidade democrática de prática da gestão, que seja pelo temor de sofrer corte. Ainda, que a mensagem seja persistente no sistema, que apareça todas as vezes que o sistema for aberto, permanecendo até o fim do período de avaliação. Lizandro Mello sente que o pior viés seria a obrigatoriedade, mas acredita que depois das porcentagens baixas, adotar esse mecanismo, como fazem outras instituições, precisa ser debatido e que devemos procurar um jeito de colocar a obrigatoriedade para os servidores. Pensa que se as pessoas não entendem a importância de responder a pesquisa sem ser obrigado, infelizmente deverá ser adotado outros meios, como essa obrigação de resposta. Elisângela



Silva falou que não é o caso de obrigatoriedade, é questão de conscientização da importância da autoavaliação para a universidade. Daza Filgueira complementou que, mesmo com ajuda das mídias, devemos voltar as relações e conversas presencialmente, passando de sala em sala pela universidade afim de conscientizar a comunidade acadêmica e sensibilizar a participarem das avaliações, falando da importância da avaliação e mostrar os impactos negativos que foram colocados em reunião e fazer o diálogo, adicionou que as pessoas se cansaram de *live*, mesmo que as redes sociais estejam presentes na rotina de muitas pessoas e se colocou à disposição de passar nas salas. Luiz Nery disse que poderíamos mencionar o porquê da importância das respostas para o Recredenciamento Institucional ao fazermos a campanha. Assim como respondeu a Angélica Miranda, que pode-se usar o *card* e enviar aos docentes relatando sobre a baixa adesão, qualquer maneira de campanha que chame para avaliação é válida. Foram discutidas outras formas de se fazer campanha. Lizandro Mello propôs duas alternativas: 1) - prorrogar o prazo da AA por duas semanas; 2) - pedir ao CGTI que implemente mensagem permanente na abertura do sistema. Luiz Nery respondeu que essa segunda proposta não precisa ser colocada em votação; pois já teria se feito essa solicitação mas de forma permanente não é possível. O que precisaria ser votada é a questão da prorrogação. Lizandro Mello, então, começou a votação para não prolongar mais a reunião. Por unanimidade, foi aprovado o prazo para duas semanas, mas em duas partes, de acordo com a ideia de Eder Gonçalves; sendo assim, uma prorrogação até o dia 04 de dezembro, depois outra prorrogação até o dia 12. Mas se conversaria com a SECOM para informações sobre a efetividade dessa ação ou não. Passando para o **quarto pronto: "Previsão de processos avaliativos 2023"**; Luiz Nery apresentou o ciclo do PIAP: 2023 sendo o 1º ano do ciclo, com a previsão de aplicação da avaliação dos RUs do Congresso de Autoavaliação. O segundo ano com a previsão da aplicação da avaliação sobre a imagem da FURG. No terceiro ano manteria o padrão da avaliação do SiB. No quarto ano a previsão de um seminário para fazer uma análise do andamento do PDI. E no último ano, uma previsão de aplicação da pesquisa sobre os Canais de Comunicação. Tendo em vista que seria uma previsão e que poderá sofrer

alterações. A proposta que Luiz Nery, já tendo conversado com Adriana Senna e Lizandro Mello, colocou é que, tendo em vista que duas pesquisas ficaram inconclusivas no último ciclo devido o surgimento da pandemia, que foi a pesquisa sobre os RUs e a pesquisa sobre a imagem da FURG, em função do Congresso e de toda discussão para a construção dos novos PDI e PPI da universidade, só seria feita a pesquisa do RU no segundo semestre do ano que vem. O primeiro semestre de 2023 seria dedicado ao Congresso e todas as discussões dentro das CIAPs e no final, antes das férias acadêmicas, a pesquisa da ADD e no segundo então, a pesquisa do RU, já foi conversado com a Pró-Reitora da PRAE e a melhor época para essa pesquisa seria em torno de outubro de 2023. A pesquisa de imagem ficaria, então, para o ano de 2024. Concluiu então com as atividades pré-definidas: Congresso em junho, ADD em julho (ADD/1), RU em outubro e em torno de novembro e dezembro, a ADD(ADD/2). Aprovada a previsão por unanimidade e sem mais comentários, foi passado para o **quinto ponto: "Avaliação Externa: CENSO; ENADE; Avaliações virtuais in loco e Relato XI Encontro de Pls"**. Rosaura da Conceição iniciou falando sobre o CENSO, cujos resultados de 2021 foram publicados dia 04/11/22 na página do INEP sendo divulgados por meio de *live* no *Youtube*. Informou que o presidente do INEP, Carlos Moreno, mostrou todos os dados coletados, tanto das universidades públicas, quanto das privadas, assim como, salientou o percentual referente aos ingressos nessas universidades. Por meio de uma tabela referente à taxa de ocupação de vagas, mencionou que o maior número de vagas ofertadas foi pelas universidades privadas, mas o preenchimento não ficou muito diferenciado do resultado alcançado pelas universidades públicas. O curso de Medicina, que geralmente é bem concorrido, também não preencheu todas as vagas, nas universidades públicas teve 93,4% das vagas preenchidas e nas privadas preencheu 96,6%. Outro exemplo, é o curso de Administração que nas universidades públicas ocupou 56,9% e nas privadas 32% das vagas. Mostrou um levantamento e um estudo que o INEP está fazendo com dados do CENSO com a grande quantidade de vagas novas que estão sem preenchimentos, no qual é demonstrado que o número de ingressantes nos cursos de graduação a distância, no ano de 2021 cresceu e

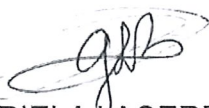


ultrapassou 2020. Os cursos de bacharelado, são os que têm o maior número de ingressantes, seguidos de tecnólogos e licenciatura, sendo que estes últimos são mais ofertados pelas universidades públicas. Mayara Guilherme respaldou que se colocar "resultados INEP" na página do *Google*, é possível visualizar esses resultados, o que pode ser útil para quem tenha interesse em fazer uma análise mais profunda sobre os dados. Referente ao ENADE, prova que acontecerá no próximo domingo, Rosaura informou que estão trabalhando para que os estudantes preencham o cadastro e respondam o questionário. Segundo dados coletados e atualizados às 13 horas e 30 minutos do dia de hoje, estavam com preenchimento total apenas os cursos de Administração SAP e Ciências Contábeis. Em 16 de novembro foi publicado o local de realização das provas: na FURG Campus Rio Grande, o INEP reservou apenas o pavilhão 4 para a realização da prova, no Campus de Santa Vitória foi reservada uma escola estadual e no Campus Santo Antônio da Patrulha o polo ead. Sobre as avaliações *in loco*, houve a abertura do prazo de preenchimento do formulário eletrônico 2 do Curso de Física Licenciatura a partir do dia 16/11/22 até 01/12/22. Sobre o XI Encontro de Procuradores Educacionais Institucionais em Natal, sediado no IFRN, informou que esteve presente Mayara Guilherme, que contou sua experiência no evento onde estavam presentes colegas que desempenham funções de PIs ou AIs por todo o Brasil. No primeiro dia de evento, dia 9, aconteceram duas palestras; a primeira com o professor Dante, Pró Reitor de Ensino do IFRN, intitulada "Desafios da Educação Pós Pandemia", a segunda a palestra com a professora Antonieta da Universidade do Rio de Janeiro sobre a importância e desafios das funções do Procurador Educacional Institucional (PI) e do Recenseador Institucional (RI). No segundo dia do evento, houve o relato de vários setores do INEP sobre o que está por vir em 2023. Mayara Guilherme trouxe os principais destaques do que foi falado: o primeiro foi a revisão dos rótulos do CINE Brasil – Classificação Internacional Normalizada da Educação -, ele usa uma metodologia para agrupar cursos de graduação de acordo com a semelhança dos seus conteúdos programáticos, cada curso tem seu rótulo no e-MEC; Engenharia de Computação, atualmente, tem dois rótulos no CINE Brasil, um vinculado a DCN de Computação e outro DCN da

Engenharia, mas na FURG está vinculado a DCN da Computação. A ideia do INEP é juntar esses rótulos, acreditando não haver lógica em ter dois rótulos para um único curso. O segundo destaque é a divulgação de proposta do CENSO 2022 apresentada pela servidora Kátia, comentou que não houve muitas mudanças com referência ao cronograma do ano passado. A coleta vai começar dia 02/02/23 e vai finalizar 23/06/23. Mayara Guilherme continuou dizendo que a servidora Ana Flávia, que trata dos instrumentos de avaliação, comunicou que os instrumentos estão sendo revistos. Os instrumentos de Reconhecimento de curso e de Renovação de Reconhecimento vão ser separados, atualmente são os mesmos e, até 31/03/23 vão estar disponíveis os novos. O instrumento do Recredenciamento Institucional também será alterado, mas não tem data prevista para publicação. Outra questão destacada pela servidora Ana Flávia foi a diminuição do uso de termos como: *caráter inovador* e *comprovadamente exitosos* devido serem muito subjetivos, o próximo instrumento vai ficar mais enxuto: de 58 indicadores, que passarão a se chamar *objetos de avaliação*, serão 37 objetos para Renovação e Reconhecimento de curso e será inserida a Resolução do CNE, que trata sobre a extensão nos instrumentos avaliativos. Na sexta-feira, último dia do evento, ocorreram várias oficinas de boas práticas, sendo uma delas ministrada por Mayara Guilherme. O objetivo foi contar as boas práticas da FURG no recredenciamento institucional e atos de reconhecimento e renovação de reconhecimento. Mayara Guilherme acrescentou que as palestras estão disponíveis no *Youtube* no canal do IFRN oficial. Sem comentários sobre a apresentação, Luiz Nery agradeceu Mayara Guilherme e Rosaura da Conceição e seguiu com o próximo, **sexto e último ponto: “Assuntos gerais: GT Relatórios Autoavaliação; Relatórios Gerenciais 2022 – prazo retorno 16/12/2022; Ciclo Formativo: Conexões e Interações entre CPAs no Brasil – UFSM, UFRGS e UFMG – próximo encontro dia 24/11/2022 às 19h; Informes DIPLAN e Próxima reunião ordinária da CPA – 12/12/2022”**, Luiz Nery falou que a ideia de trabalho para a elaboração do relatório de autoavaliação a ser encaminhado ao MEC/INEP é recompor o GT, se necessário, fazer a primeira reunião para fazer a proposta de organização e cronograma de trabalho. Depois, discutir a proposta na reunião de

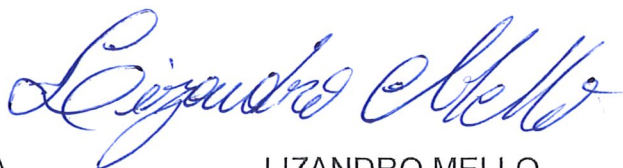
dezembro da CPA. Atualmente o GT está composto por Adriana de Senna, Giovana Gomes, Emanuela Aumonde, Helen Gonçalves, Beatriz Domingues, Fabiane Gatti e Rita Grecco dos Santos. Todos continuam membros da CPA, a primeira questão é se mais alguém presente na reunião tem disponibilidade e interesse em fazer parte do GT. Luiz Nery informou que o GT organiza uma proposta de estrutura do relatório para a reunião de 12/12, essa estrutura do relatório sendo aprovada, a DAI começa a elaboração do material, bem como das considerações finais, o material é enviado para análise do pleno da CPA e colocado para aprovação no início de março. Jorge Pimentel se colocou à disposição para participar do grupo, porém tem dúvidas referentes aos dias de reunião, já que suas férias estão programadas entre fevereiro e março. Luiz Nery respondeu-lhe que as datas serão definidas em reunião do GT e por isso ele poderá participar. Ainda, Luiz Nery salientou que o único prazo que não tem alteração é o prazo máximo de envio ao MEC/INEP que é até o dia 31/03/2023. Elisângela Silva complementou dizendo que é um relatório extenso, referente ao último ano do ciclo avaliativo vigente, cumulativo de anos anteriores, com a conclusão das ações realizadas no ciclo, ficando também como uma tarefa mais pesada a formatação do material. Os membros do GT serão contatados via WhatsApp durante a semana para o agendamento da primeira reunião. Após, Luiz Nery passou para o próximo ponto Relatórios Gerenciais, lembrou que o prazo é até 16/12/22 por parte das coordenações de curso devolverem à DAI, sendo que a Diretoria havia recebido, até o momento, 1 relatório, do curso de Engenharia Civil. Elisângela Silva informou que encaminhou e-mail lembrando do prazo pra todas as coordenações. Além disso, comunicou que dia 24/11 acontecerá mais um encontro *on-line* do ciclo formativo entre as CPAs, mas segundo complementou Giovana Gomes, havia chegado um e-mail enquanto acontecia esta reunião anunciando que este encontro foi transferido para o dia 29/11/22. Seguindo, Luiz Nery lembrou que deveria ser feita a inscrição e foi enviada a lembrança à CPA. Passando a palavra para Jozeneidi Machado, Diretora de Planejamento, informou e pediu colaboração de todos para, cada um em sua unidade, que divulgassem o prazo para avaliação final do plano de ação 2022, que se encerra em 16/12/22. Em 13/01/23 se encerra o prazo para

inserção do plano de ação de 2023, esses prazos são para as unidades acadêmicas e os campi de SVP, SLS e SAP. A reunião com a CIAPs já está sendo feita, conforme afirmou Luiz Nery. A DIPLAN também pediu a participação dos membros para que divulguem em suas unidades o processo da avaliação institucional. Jozeneidi Machado contou que na primeira reunião há uma dificuldade com a participação das unidades; além disso, amanhã será a primeira reunião com o CAP recomposto, onde participam os diretores das unidades administrativas, isso com a intenção do auxílio do CAP na participação de todo o processo de planejamento da instituição, encerrou Jozeneidi Machado. Não havendo dúvidas, Luiz Nery seguiu partindo para o próximo ponto que se refere a ser apenas uma lembrança da próxima reunião que será dia 12/12, a qual um dos pontos de pauta que já foi definido é a Apresentação do Relatório SECOM referente à Pesquisa dos Canais de Comunicação; além disso, outro ponto de pauta que surgiu dessa reunião é o Relatório da Autoavaliação. Sem mais comentários ou dúvidas, Luiz Nery agradeceu a participação de todos, conta com o apoio dos mesmos para a divulgação da Autoavaliação para que se possa atingir um nível aceitável de porcentagem de participação da comunidade. Elisângela Silva acrescentou que vai encaminhar um e-mail para todos, para os membros colocarem a disponibilidade de horários para passar nas salas de aula, fazendo campanha para o processo de autoavaliação, inclusive já contando com a ajuda da Giovana Gomes e Fabiane Gatti, na unidade Saúde e os membros da CPA nos demais campi de SVP, SAP e SLS. Nada mais havendo a tratar, Lizandro Mello agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião. E para constar, eu, Gabriela Lacerda Braga, lavrei, a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e por Lizandro Mello, Presidente substituto da CPA. Rio Grande, 21/11/2022.....



GABRIELA LACERDA BRAGA

Estagiária da DAI



LIZANDRO MELLO

Presidente Substituto da CPA